

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

-----Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas. -----

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZ (ACTA 24).-----

-----A acta da reunião ordinária realizada no dia 25 de Outubro de 2010, depois de lida foi posta à votação e aprovada por maioria, com a abstenção da Vereadora Susana Branco, por não ter estado presente na mesma. -----

----- ORDEM DO DIA -----

-----O Presidente da Câmara propôs, nos termos e para os fins do disposto no art. 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos:-----

-----I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO-----

-----SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS-----

-----1. Escala de Turnos das Farmácias para o ano de 2011. -----

-----SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO-----

-----3. Alienação/Permuta de Terrenos – “Gazmondego – Distribuidores de Combustíveis, Lda.” -- -----

-----VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO (DAE) -----

-----1. Protocolo Simplex Autárquico 2010/2011. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração à Ordem do Dia nos termos propostos pelo Presidente da Câmara. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- PROPOSTAS -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

-----**Primeira** – O Presidente da Câmara informou que, na próxima reunião ordinária de 22 de Novembro, esperava ter condições para distribuir parte do Plano de Actividades e Orçamento para 2011. Se esta situação se vier a verificar, poderá ser agendada uma reunião extraordinária para o dia 29 de Novembro, para discussão e aprovação desses pontos. -----

-----A reunião da Assembleia Municipal pode vir a realizar-se antes do Natal, e por esse motivo está a salvaguardar esta situação, para que tudo esteja tratado no período que antecede as convocatórias, de acordo com o Regimento.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

-----**Segunda** – Deu conhecimento de que neste momento se encontra a decorrer um conjunto de circunstâncias extremamente delicadas na vila de Pereira, registadas e oficializadas ao município na passada sexta feira, dia 5 de Novembro do corrente e que levaram ao exarar de um despacho de embargo de uma obra promovida pela Santa Casa da Misericórdia de Pereira. Ao mesmo tempo foi declarada a situação de alerta -----

-----Neste momento, as competências que estão atribuídas à Câmara Municipal, e no caso concreto à Protecção Civil Municipal, estão a ser agilizadas e estão em consonância com vistorias e acompanhamento técnico, não só interno (Câmara Municipal), mas também externo, dado que a Câmara Municipal recorreu à parceria que tem com o ITeCons, enquanto Instituto ligado à Universidade de Coimbra e à área de engenharia de construção civil, para fundamentar os procedimentos a ter, sobretudo atenção no que diz respeito à situação de risco dos residentes nos prédios afectados.-----

-----Na reunião que decorreu antes da realização desta reunião de Câmara, a postura da Câmara Municipal foi a que acabou de referir. Concretamente, os serviços técnicos do município, em parceria com o ITeCons, devem fornecer nas próximas horas uma análise sumária sobre a questão da insegurança dos residentes naqueles prédios. No caso de se manifestar um agravamento dessa circunstância, já contactou com a Protecção Civil Distrital, que também estará em Pereira por volta das 14 horas e 30 minutos, para em conjunto com a Protecção Civil Municipal, os Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, a Cruz Vermelha e o ITeCons fazerem uma análise concreta das circunstâncias. -----

-----Para a Câmara Municipal, não é a altura adequada nem têm as melhores condições para apurar responsabilidades do que aconteceu. Parece claro que, perante as análises técnicas que já foram feitas, essas responsabilidades terão que ser depois assumidas, porque para ele, a intervenção prioritária e primária é a defesa da pessoa humana.-----

-----Considera que não devem ter um procedimento alarmista, dado que esta situação está a ser controlada nestas últimas 48 horas, hora a hora. No entanto, a protecção civil irá providenciar, na eventualidade de terem de accionar o processo de evacuação, que as pessoas (cerca de 50 pessoas) sejam encaminhadas e instaladas. Logicamente que a responsabilidade serão cometidas nas despesas financeiras que a Câmara venha a operacionalizar, serão cometidas, posteriormente, face aos responsáveis de tais anomalias. -

-----Estão extremamente preocupados, atentos, mas ao mesmo tempo saberão cumprir as competências atribuídas, e em caso de necessidade, a Câmara Municipal poderá agir junto do Ministério Público. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

-----Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que tinha ido visitar o local e pode constatar a gravidade da situação. Desde já salienta que lhe apraz registar a acção do Presidente da Câmara e da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.-----

-----É evidente que neste caso não é prioritário o apuramento das responsabilidades, é prioritário a defesa e salvaguarda da vida humana, dos habitantes daqueles imóveis. -----

-----Questionou quais as medidas que podem vir a ser tomadas, e nomeadamente em relação à parceria com os técnicos especializados, a indicação das medidas urgentes a serem tomadas.-----

-----Em particular, é preciso perceber se este "evento" não se pode vir a repetir noutros locais. A extensão dos efeitos daquela intervenção da Santa Casa da Misericórdia e é estranhamente extensa e por isso é preciso perceber se não estão em risco ainda outras situações que agora ainda não são visíveis. -----

-----Usou também da palavra o Vereador Abel Girão dizendo que, tal como foi dito pelo Presidente da Câmara, a grande preocupação da Câmara Municipal foi verificar a segurança das pessoas e por isso é que esta intervenção foi feita em duas partes: em questões de segurança e em questões técnicas.-----

-----Relativamente às questões de segurança, durante a parte da manhã de domingo, foi feita uma vistoria a todos os prédios, incluindo o seu interior, no sentido de verificar a existência de deformações, que não encontraram.-----

-----Verificaram igualmente que não teriam ocorrido deslocamentos nas últimas horas e como tal, foi prestada informação às pessoas de que não haveria perigo de segurança.-----

-----No entanto, durante a noite anterior verificou-se que houve alguma alteração em relação a esta situação. A reunião realizada anteriormente, para além da vertente técnica foi igualmente uma reunião de segurança, tendo em vista apurar quais seriam os procedimentos imediatos, e são esses que estão a ser analisados e que até ao final da manhã de hoje pensam ter. -----

-----Em relação às responsabilidades, a primeira opinião que foi transmitida pelos técnicos do ITeCons foi a de que efectivamente estava a haver um escorregamento. A crista do escorregamento situar-se-ia na zona limite da implantação desses lotes, mas não se coloca de fora a hipótese de estar a haver um escorregamento mais acentuado. -----

-----Neste momento a situação é preocupante, não é urgente, mas terá que ser analisado em termos futuros. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

-----O que estão neste momento a acautelar é a segurança dos três blocos que estão a ceder, mas não se põe de fora a hipótese da análise e da verificação sobre a eventualidade de se estar a verificar ou não um escorregamento em toda aquela área.-----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

-----DO VEREADOR EMÍLIO TORRÃO -----

-----**Primeira** – O Vereador Emílio Torrão informou que os Vereadores do Partido Socialista gostariam de chamar a atenção para uma situação relacionada com o transporte de alunos do 1.º Ciclo da Escola do Seixo. -----

-----Na Quinta dos Cavaleiros alteraram a paragem do transporte escolar do local habitual, perto da casa do senhor Manuel Pereira e do senhor Joaquim Fajardo, onde habitualmente entravam cinco crianças, para um local ermo, a cerca de 100 metros de distância, sem qualquer abrigo ou protecção para as ditas crianças. -----

-----Os pais das crianças já reclamaram e julga que a Junta de Freguesia do Seixo também já o fez. -----

-----Foi dito que, por razões económicas a situação não seria alterada. Alguns pais crianças optaram por levar as crianças à escola e por isso os Vereadores do Partido Socialista entendem que as razões económicas que poderão estar a ser invocadas não têm qualquer justificação, dado que o autocarro passa no anterior local de paragem, onde essas crianças têm abrigo natural das casas ali existentes. -----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

----- I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO -----

----- 1-DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- SECÇÃO DE CONTABILIDADE -----

----- 1 – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS ÀS FREGUESIAS -----

----- – RECENSEAMENTO ELEITORAL 2010 -----

-----Foi presente uma informação dos serviços dando conta de que foi transferida pela Direcção Geral da Administração Interna – Administração Eleitoral (antigo STAPE) para este Município, a importância de 1.698,83€ para fazer face às despesas com o recenseamento eleitoral, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 72.º da Lei n.º 13/99, de 22 de Março. -----

-----Considerando o referido no n.º 1 do art.º 3.º do Dec.-Lei n.º 162/79, de 30 de Maio, a verba transferida para cada município, poderá ser distribuída pelas freguesias do Concelho, podendo as Câmaras Municipais reservar para despesas próprias com o recenseamento, até 10% do montante recebido.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade distribuir pelas Juntas de Freguesia a totalidade da verba transferida para o município, de acordo com o mapa que consta como documento anexo à presente acta sob o número um. -----

----- 2 – ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO E GOP'S ATÉ AO 3.º TRIMESTRE

-----Foi presente um documento contendo as Alterações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano referentes ao 3.º Trimestre de 2010 (documento anexo à presente acta sob o número dois).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO-----

----- 1 – INTERNET NA ESCOLA EB1 DE RIBEIRA DOS MOINHOS E -----

----- EB1 DOS RESGATADOS E PRÉ-ESCOLAR DO PARQUE ESCOLAR- ----- MUNICIPAL -----

-----Pela Directora de Departamento Administrativo e Financeiro foi presente uma informação dos Serviços de Informática, dando conta de que na sequência de dois pedidos de assistência efectuados pela professora da escola EB1 de Ribeira dos Moinhos por não ter internet, verificaram depois de contactada a Portugal Telecom (PT) que por esta escola ter sido dada como encerrada pelo Ministério da Educação, não tem direito a ter internet através do contrato que o mesmo ministério tem com a FCCN e a PT. A escola EB1 dos Resgatados encontra-se na mesma situação. -----

-----Urge fornecer acesso à internet nessas escolas, e aos Jardins-de-infância da Carapinheira, Arazede, Liceia e Meãs, para que tal aconteça, deve ser contratado um serviço igual ao que já temos no Pavilhão e Piscinas. Esse serviço tem os seguintes custos: -----

-----• Custo de activação: 0€ (Mediante fidelização por 12 meses, não havendo necessidade de manter as ligações nas escolas EB1 mencionadas para além de 30 de Junho de 2011, nesses casos paga-se 75€.) -----

-----• Custo com router: 25€; (no caso das escolas EB1 a empresa que fornece o serviço empresta o router, não havendo nesses casos pagamento desse equipamento). -----

-----• Mensalidade: 17€. -----

-----Estes preços não incluem IVA (21%). A proposta é da empresa Interacesso, sendo a mesma empresa que fornece neste momento as ligações várias da Câmara. -----

-----Caso seja para avançar com a instalação é necessário preencher um formulário, juntar-lhes a fotocópia do BI do signatário e enviar para a Interacesso. -----

-----Nos Jardins-de-infância de Tojeiro, Bunhosa e Seixo, não há necessidade de contratar um serviço igual pois estes encontram-se em edifícios contíguos às escolas EB1, sendo que a ligação passa por ligar directamente à ligação de internet das EB1. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

-----No caso do Jardim-de-infância de Pereira não há necessidade de contratar o serviço pois este encontra-se integrado na EBi de Pereira.-----

-----O Jardim-de-infância de Montemor-o-Velho encontra-se integrado no novo Centro Educativo, estando já preparado para ter internet.-----

-----Resumo de custos (valores sujeitos à taxa de IVA normal):-----

Designação	Periodicidade	Quantidade	Valor	Total
Activação	Única	2	75€	150€
Router	Única	4	25€	100€
Mensalidade (1º CEB)	Mensal	2	17€ (8 meses)	102€
Mensalidade (J. I.)	Mensal	4	17€ (12 meses)	816€
			Total global	1.338€

-----Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que solicitou o agendamento deste ponto para denunciar uma situação que considera extremamente grave e ao mesmo tempo delicada. Estas escolas foram suspensas em resultado da negociação com o Ministério da Educação, mas considera que, no caso concreto, as estruturas quer centrais quer regionais, para além das unhas cortaram os dedos e mandaram retirar de imediato todas as ligações de Internet que havia nessas escolas, mas é do seu conhecimento que estas escolas continuam a funcionar.-----

-----Tem o princípio da defesa prioritária da sociabilização dos alunos do concelho e por isso propôs que se mantivesse, no caso concreto, a ligação desses sistemas informáticos e ao mesmo tempo que fossem alargados aos Jardins-de-infância, que também não tinham essas ligações.-----

-----É de opinião que não é desta forma que se mantém uma igualdade de tratamento a todos os alunos do concelho, e por isso é que o município agiu desta forma.-----

-----Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que esta despesa é "aprovada incondicionalmente" pelos Vereadores do Partido Socialista, pelos motivos subjacentes à intervenção do Presidente da Câmara e porque também são da opinião de que estas crianças têm direitos idênticos às demais do concelho.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

----- **2 – PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DO QUIOSQUE "O ANJO"** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

-----Foi presente uma informação da Directora de Departamento que a seguir se transcreve:-----

-----"Relativamente ao requerimento que deu entrada no Município de Montemor-o-Velho em 03 de Novembro corrente apresentado por Liliana Catarina Gonçalves Rascão, tenho a informar o seguinte:-----

----- - A acima referida Liliana Rascão é proprietária do Quiosque "O Anjo" que fica localizado no Largo dos Anjos;-----

----- - Em tempo foi comunicado à Câmara Municipal o encerramento do quiosque, que foi promovido a partir do dia 26 de Junho do corrente ano;-----

----- - Pretendendo a requerente vender o quiosque, veio auscultar o interesse do Município no mesmo, solicitando apresentação de proposta;-----

----- - Neste sentido foi solicitado ao Departamento de Investimentos Municipais (DIM) para avaliar o pedido efectuado, que estimou que o valor justo da estrutura amovível é de cerca de 250,00€;-----

-----Face ao exposto, e caso seja pretendido adquirir o referido quiosque pelo valor proposto de 250,00€, deverá o presente processo ser remetido à reunião do executivo municipal para que o mesmo se pronuncie, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro."-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade adquirir o Quiosque "O Anjo", localizado no Largo dos Anjos, pelo valor de 250,00€, à proprietária Liliana Rascão.

-----Mais deliberou por unanimidade dismantelar a estrutura e armazená-la nos estaleiros da Câmara Municipal, tendo em consideração as obras previstas para o local.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

-----**O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.**-----

----- **3 – ALIENAÇÃO/PERMUTA DE TERRENOS** -----

----- **- "GAZMONDEGO – DISTRIBUIDORES DE COMBUSTÍVEIS, LDA."**

-----Foi presente uma informação da Directora de Departamento Administrativo e Financeiro que a seguir se transcreve:-----

-----"Na sequência da deliberação de 01 de Fevereiro de 2010 veio a empresa "Gazmondego – Distribuidores de Combustíveis, Lda." reafirmar o seu interesse na permuta já aprovada pelo executivo municipal apresentando documentos comprovativos da rectificação das áreas do prédio no Registo Predial.-----

-----Em 13 de Outubro de 2010 veio a mesma empresa solicitar que a aquisição do terreno, propriedade da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho (Lote A – artigo matricial urbano 2656) seja efectuada por outra empresa do mesmo grupo denominada "Telomir –

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

Distribuição de Gás, Lda.", com o pagamento no acto do diferencial aprovado de 42.500,00€.-----

-----Analisadas as certidões do Registo Comercial de ambas as empresas verifica-se que efectivamente os únicos sócios e gerentes da empresa "Gazmondago – Distribuidores de Combustíveis, Lda." e da empresa "Telomir – Distribuição de Gás, Lda." são Pedro Filipe Costa e Rosário e Ivone Lobato Simões Teixeira. Submete-se assim o mencionado pedido à apreciação do executivo municipal."-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou remeter o processo aos serviços do Notariado Privativo, tendo em vista a aquisição por parte da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho à empresa "Gazmondago – Distribuidores de Combustíveis, Lda." dos artºs. matriciais urbanos 1479 e 1644, da freguesia de Montemor-o-Velho, pelo preço de 73.571,23€ (setenta e três mil quinhentos e setenta e um euros e vinte e três cêntimos) e a venda à empresa "Telomir – Distribuição de Gás, Lda." do artº. matricial urbano 2656 da freguesia de Montemor-o-Velho, pelo preço de 116.071,23€ (cento e dezasseis mil e setenta e um euros e vinte e três cêntimos), de acordo com as anteriores deliberações da Câmara Municipal nesta matéria e as actas das duas referidas empresas, (documento anexo à presente acta sob os números três) manifestando a sua anuência a este negócio.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS-----

----- O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.-----

----- 1 - ESCALA DE TURNOS DAS FARMÁCIAS PARA O ANO DE 2011 --

-----A Directora de Departamento Administrativo deu conhecimento de que a Administração Regional de Saúde do Centro (ARS) remeteu a proposta de escalas de turnos das farmácias deste concelho para o ano de 2011, pelo que deverá a Câmara Municipal emitir parecer sobre a proposta apresentada, nos termos e em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 2.º da Portaria n.º 582/2007, de 4 de Maio.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade emitir parecer favorável sobre as Escalas de Turno das Farmácias do concelho, para o ano 2011, apresentado pela ARS.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- TESOURARIA -----

----- 1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

-----Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia 05 de Novembro do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais, de 829.958,25 € (oitocentos e vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e oito euros e vinte e

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

cinco cêntimos) e em Operações de Tesouraria de 372.919,95 € (trezentos e setenta e dois mil, novecentos e dezanove euros e noventa e cinco cêntimos).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS -----

-----SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL-----

-----SECÇÃO DE APOIO AOS ORGÃOS-----

-----SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-----

----- 1 – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TAREFA -----

----- BIBLIOTECA MUNICIPAL AFONSO DUARTE -----

-----Foi presente uma informação da Directora de Departamento Administrativo e Financeiro que a seguir se transcreve:-----

-----“De acordo com a informação n.º 21, de 18-10-10, da Divisão de Educação, Cultura, Acção Social e Família – Serviço de Biblioteca Municipal, existem trabalhos de natureza inadiável, que necessitam de ser assegurados por um Técnico habilitado para o efeito, a saber: - -----

-----1 – Dar seguimento ao projecto que foi objecto de financiamento no âmbito da Candidatura ao programa PRODER, com a designação “Património Cultural Imaterial, uma Memória a Preservar”;-----

-----2 – Rever e reformular o Regulamento da Biblioteca Municipal Afonso Duarte; -----

-----3 – Planificar o Projecto de animação da leitura da BMAD para 2011;-----

-----4 – Executar o Projecto co-financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian “Livros Errantes”. -----

-----Afigura-se que as necessidades urgentes, inadiáveis e excepcionais que se pretendem satisfazer não envolvem ou exigem a execução de trabalho subordinado, dado que não necessitam de ser efectivamente prestadas nas instalações do Município ou dentro do horário aí praticado. -----

-----Nos termos do artigo 1154.º do Código Civil, o contrato de prestação de serviços tem a seguinte noção: “Contrato de prestação de serviço é aquele em que uma das partes se obriga a proporcionar à outra certo resultado do seu trabalho intelectual ou manual, com ou sem retribuição”.-----

-----Desta forma, num contrato de prestação de serviços um trabalhador obriga-se a proporcionar a outro o resultado do trabalho executado, conduzindo a actividade como melhor entender segundo os ditames da sua vontade, saber e inteligência, sendo certo que no contrato de prestação de serviços poderão, também, existir ordens ou instruções, mas apenas no que toca ao objectivo do resultado a alcançar, não quanto à forma de atingir. --

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

-----No âmbito específico da Administração Pública há que ter em conta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na sua actual redacção, adiante designada por LVCR. -----

-----Os contratos de prestação de serviços poderão revestir a natureza de tarefa ou avença, caracterizando-se por terem por objecto, respectivamente, a execução de trabalhos específicos de natureza excepcional ou prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, sem sujeição a hierarquia, disciplina e horário de trabalho. -----

-----Caberá, assim, ao dirigente máximo do serviço ajuizar da conveniência para o interesse público na celebração dos contratos de prestação de serviços, pelo que, desde que justificadamente conclua no sentido de que tal interesse é melhor prosseguido com tal contratação, ela será lícita.-----

-----Não poderá, contudo, ser celebrado qualquer contrato de prestação de serviços sem que seja observado o procedimento de realização de despesa pública que seja legalmente exigido à face do Código dos Contratos Públicos, nem com quem tenha a sua situação por regularizar perante o fisco ou perante a Segurança Social. -----

-----Desta forma, em razão da sua natureza jurídica, e por aplicação do artigo 35.º da LVCR, conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, a Câmara Municipal deverá emitir parecer prévio favorável, visando comprovar e certificar que o contrato de prestação de serviços não se destina à execução de trabalho subordinado. ----

-----Relativamente aos termos e tramitação deste parecer, deverão os mesmos ser regulados por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Autarquias Locais, das Finanças e da Administração Pública. No entanto, parece-nos que a legislação, entretanto publicada sobre esta matéria não será de aplicar à Administração Local, isto por duas ordens de razões:-----

-----a) Primeiro, porque a Portaria n.º 371-A/2010, de 23 de Junho, foi unicamente emanada pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública;-----

-----b) Segundo, porque, como é referido no preâmbulo daquele diploma, apenas, se adoptam normas para a administração central do Estado, para além de não estar, sequer, previsto no seu objecto – artigo 1.º - o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, que veio adaptar a LVCR aos trabalhadores que exercem funções públicas na administração local. --

-----Perante o exposto, entende-se que poderá o executivo municipal deliberar no sentido de celebrar um contrato de prestação de serviço na modalidade de tarefa para as funções acima descritas.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

-----Para tanto, dever-se-á recorrer ao procedimento de ajuste directo, podendo apenas ser convidada uma entidade, conforme estipulado nos artigos 112.º e 114.º do Código dos Contratos Públicos. -----

-----A Técnica Superior Marta Cristina Gonçalves Gaspar exerce, nesta data, uma actividade de natureza independente relacionada com a vertente educacional da sua Licenciatura, prestando serviços nesta área a outras entidades concelhias. Desempenhou, já, funções na área de Biblioteca e Documentação, durante 3 anos, nesta Câmara Municipal, tendo cessado funções em 31 de Maio de 2010 no seu próprio interesse.-----

-----Parece, assim, ficar demonstrado, até pela experiência detida por esta trabalhadora em funções similares desempenhadas nesta Câmara e outras entidades externas, ser esta a técnica indicada para desempenhar, com independência e autonomia, as actividades acima descritas. -----

-----As actividades em causa serão desenvolvidas em instalações próprias da prestadora de serviços, sendo, para tanto, disponibilizada toda a informação e documentação necessárias à prossecução daqueles projectos mediante termo de confiança. A confiança daqueles elementos será da responsabilidade directa da Vereadora Alexandra Margarida Góis Ferreira, a quem a contratada deverá apresentar relatórios periódicos sobre as actividades desenvolvidas, que se sugere sejam mensais. -----

-----Não obstante, poderá a contratada aceder e utilizar as instalações municipais, mediante autorização superior, em casos devidamente justificados. -----

-----Propõe-se, desta forma, que o ajuste directo, na modalidade de tarefa, seja por um período de quatro meses, com início no próximo dia 10 de Novembro, sendo que quanto ao pagamento dos serviços ora contratados se entende ajustado o preço de € 5.100,00, com possibilidade de pagamento em quatro prestações."-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar que o procedimento seja feito por ajuste directo, na modalidade de tarefa, à Técnica Superior Marta Cristina Gonçalves Gaspar, por um período de quatro meses, com início no próximo dia 10 de Novembro, sendo que quanto ao pagamento dos serviços ora contratados será de € 5.100,00, com possibilidade de pagamento em quatro prestações. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- **2 – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA** -----

----- **– GABINETE JURÍDICO/CAR**-----

-----Foi presente uma informação da Directora de Departamento Administrativo e Financeiro que a seguir se transcreve:-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

-----“Atendendo ao elevado volume de trabalho existente, nesta data, no Sector Jurídico, existe a necessidade de celebrar um contrato com vista à satisfação das necessidades a seguir elencadas:-----

-----1 – preparação de 50 processos de aquisição/expropriação de terrenos no CAR – Desvio da Vala da Cova – projecto financiado pelo QREN (instrução do processo quer por via de direito privado, quer na Direcção Geral das Autarquias Locais);-----

-----2 – análise das inúmeras candidaturas apresentadas nos procedimentos concursais, actualmente, pendentes, para diversas categorias, e cujo número ronda os vinte e cinco;----

-----3 – emissão de pareceres específicos, independentes e de particular complexidade em áreas iminentemente técnico-jurídicas, em particular em matéria de Recursos Humanos.-

-----Afigura-se que as necessidades urgentes, inadiáveis e excepcionais que se pretendem satisfazer não envolvem ou exigem a execução de trabalho subordinado, dado que não necessitam de ser efectivamente prestadas nas instalações do Município ou dentro do horário aí praticado, nem envolvem a prática de qualquer decisão.-----

-----Nos termos do artigo 1154.º do Código Civil, o contrato de prestação de serviços tem a seguinte noção: “Contrato de prestação de serviço é aquele em que uma das partes se obriga a proporcionar à outra certo resultado do seu trabalho intelectual ou manual, com ou sem retribuição”.-----

-----Desta forma, num contrato de prestação de serviços um trabalhador obriga-se a proporcionar a outro o resultado do trabalho executado, conduzindo a actividade como melhor entender segundo os ditames da sua vontade, saber e inteligência, sendo certo que no contrato de prestação de serviços poderão, também, existir ordens ou instruções, mas apenas no que toca ao objectivo do resultado a alcançar, não quanto à forma de atingir. --

-----No âmbito específico da Administração Pública há que ter em conta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na sua actual redacção, adiante designada por LVCR. -----

-----Os contratos de prestação de serviços poderão revestir a natureza de tarefa ou avença, caracterizando-se por terem por objecto, respectivamente, a execução de trabalhos específicos de natureza excepcional ou prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, sem sujeição a hierarquia, disciplina e horário de trabalho. -----

-----Caberá, assim, ao dirigente máximo do serviço ajuizar da conveniência para o interesse público na celebração dos contratos de prestação de serviços, pelo que, desde que justificadamente conclua no sentido de que tal interesse é melhor prosseguido com tal contratação, ela será lícita.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

-----Não poderá, contudo, ser celebrado qualquer contrato de prestação de serviços sem que seja observado o procedimento de realização de despesa pública que seja legalmente exigido à face do Código dos Contratos Públicos, nem com quem tenha a sua situação por regularizar perante o fisco ou perante a Segurança Social. -----

-----Desta forma, em razão da sua natureza jurídica, e por aplicação do artigo 35.º da LVCR, conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, a Câmara Municipal deverá emitir parecer prévio favorável, visando comprovar e certificar que o contrato de prestação de serviços não se destina à execução de trabalho subordinado. -----

-----Relativamente aos termos e tramitação deste parecer, deverão os mesmos ser regulados por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Autarquias Locais, das Finanças e da Administração Pública. No entanto, parece-nos que a legislação, entretanto publicada sobre esta matéria não será de aplicar à Administração Local, isto por duas ordens de razões:-----

-----a) Primeiro, porque a Portaria n.º 371-A/2010, de 23 de Junho, foi unicamente emanada pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública; -----

-----b) Segundo, porque, como é referido no preâmbulo daquele diploma, apenas, se adoptam normas para a administração central do Estado, para além de não estar, sequer, previsto no seu objecto – artigo 1.º – o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, que veio adaptar a LVCR aos trabalhadores que exercem funções públicas na administração local.---

-----Perante o exposto, entende-se que poderá o executivo municipal deliberar no sentido de celebrar um contrato de prestação de serviço na modalidade de avença para as funções acima descritas.-----

-----Para tanto, dever-se-á recorrer ao procedimento de ajuste directo, podendo apenas ser convidada uma entidade, conforme estipulado nos artigos 112.º e 114.º do Código dos Contratos Públicos. -----

-----A Licenciada em Direito Maria Inês Galvão Pais – com estágio concluído na Ordem dos Advogados, habilitada com a Cédula Profissional n.º 7047-C, encontra-se, nesta data, a prestar apoio jurídico a empresas e outras entidades empregadoras públicas no Concelho e não só. Por outro lado, tendo efectuado um estágio PEPAL – área de Direito – nesta Câmara Municipal, integrando o Gabinete Jurídico, acompanhou quer o próprio desenrolar dos vários procedimentos concursais e os anteriores processos de expropriação (CAR Fase 1 e Vala da Cova). Parece-nos, assim, deter o perfil adequado para o prestador de serviços que se pretende convidar para acompanhar aquelas actividades.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

-----Para que possa desenvolver com autonomia técnica e científica as funções inerentes aos ramos da ciência jurídica, deverão ser-lhe disponibilizados os respectivos processos, mediante termo de confiança. A confiança do processo será da responsabilidade directa da Directora de Departamento, a quem a contratada deverá apresentar relatórios periódicos sobre as tarefas desenvolvidas, que se sugere sejam mensais. -----

-----A contratada prestará o serviço a partir do seu local habitual de trabalho, como profissional independente, podendo aceder e utilizar as instalações municipais, mediante autorização superior, em casos devidamente justificados.-----

-----Atendendo à urgência nos processos expropriativos e ao tempo médio de conclusão dos anteriores, bem como as previsíveis restrições do PEC que poderão influenciar os procedimentos concursais pendentes, propõe-se, assim, que o ajuste directo, na modalidade de avença, seja por um período de seis meses, com início no próximo dia 10 de Novembro, sendo que quanto ao pagamento dos serviços ora contratados se entende ajustado o preço de € 6.968,57 (acrescido de IVA se exigível), com possibilidade de pagamento em seis prestações. -----

-----Esta modalidade de prestação de serviços poderá ser renovada, caso assim se considere necessário para a conclusão efectiva e justificada dos serviços objecto deste contrato." -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar que o procedimento seja feito por ajuste directo, na modalidade de avença, à Licenciada em Direito Maria Inês Galvão Pais, por um período de seis meses, com início no próximo dia 10 de Novembro, sendo que quanto ao pagamento dos serviços será de € 6.968,57 (acrescido de IVA se exigível), com possibilidade de pagamento em seis prestações.-----

-----Mais deliberou que esta modalidade de prestação de serviços poderá ser renovada, caso assim se considere necessário para a conclusão efectiva e justificada dos serviços objecto deste contrato. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 3 – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE ----- AVENÇA-----

-----Foi presente uma informação da Directora de Departamento Administrativo e Financeiro que a seguir se transcreve: -----

-----"A revista "Monte Mayor" foi criada em 2005 sob proposta de António Correia Góis (Dr.), o qual assumiu a sua coordenação técnica desde o início. A revista tem periodicidade semestral e aborda diversas temáticas do interesse não só da Autarquia como do próprio

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

Concelho, assentando indiscutivelmente no conhecimento, empenho e dedicação deste historiador. -----

-----Por isso, tem sido superiormente manifestado o interesse na continuação da mencionada publicação, destinando-se a presente informação a dar resposta à legitimidade e legalidade da renovação do contrato de avença anteriormente celebrado.

Afigura-se que as necessidades que se pretende satisfazer não envolvem ou exigem a execução de trabalho subordinado, dado que não necessitam de ser efectivamente prestadas nas instalações do Município ou dentro do horário aí praticado, nem envolvem a prática de qualquer decisão. Aliás, o que o Município pretende adquirir é o resultado do trabalho de pesquisa e investigação que autonomamente e sem subordinação o avençado executará, da sua residência e recorrendo a espólios, museus, arquivos e outras instituições espalhadas, um pouco, por todo o país.-----

-----2- Enquadramento legal -----

-----2.1. - Nos termos do artigo 1154.º do Código Civil, o contrato de prestação de serviços tem a seguinte noção: "Contrato de prestação de serviço é aquele em que uma das partes se obriga a proporcionar à outra certo resultado do seu trabalho intelectual ou manual, com ou sem retribuição".-----

-----Desta forma, num contrato de prestação de serviços um trabalhador obriga-se a proporcionar a outro o resultado do trabalho executado, conduzindo a actividade como melhor entender segundo os ditames da sua vontade, saber e inteligência, sendo certo que no contrato de prestação de serviços poderão, também, existir ordens ou instruções, mas apenas no que toca ao objectivo do resultado a alcançar, não quanto à forma de atingir. --

-----No âmbito específico da Administração Pública, designadamente na Administração Local, há que ter em consideração a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na sua actual redacção, adiante designada por LVCR.-----

-----Os contratos de prestação de serviços poderão revestir a natureza de tarefa ou avença, caracterizando-se por terem por objecto, respectivamente, a execução de trabalhos específicos de natureza excepcional ou prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, sem sujeição a hierarquia, disciplina e horário de trabalho.-----

-----Caberá, assim, ao dirigente máximo do serviço ajuizar da conveniência para o interesse público na celebração dos contratos de prestação de serviços, pelo que, desde que justificadamente conclua no sentido de que tal interesse é melhor prosseguido com tal contratação, ela será lícita.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

-----Não poderá, contudo, ser celebrado qualquer contrato de prestação de serviços sem que seja observado o procedimento de realização de despesa pública que seja legalmente exigido à face do Código dos Contratos Públicos, nem com quem tenha a sua situação por regularizar perante o fisco ou perante a Segurança Social. -----

-----Desta forma, em razão da sua natureza jurídica, e por aplicação do artigo 35.º da LVCR, conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, a Câmara Municipal deverá emitir parecer prévio favorável, visando comprovar e certificar que o contrato de prestação de serviços não se destina à execução de trabalho subordinado. -----

-----2.2. -Relativamente aos termos e tramitação deste parecer, deverão os mesmos ser regulados por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Autarquias Locais, das Finanças e da Administração Pública. No entanto, parece-nos que a legislação, entretanto publicada sobre esta matéria não será de aplicar à Administração Local, isto por duas ordens de razões:-----

-----a) Primeiro, porque a Portaria n.º 371-A/2010, de 23 de Junho, foi unicamente emanada pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública; -----

-----b) Segundo, porque, como é referido no preâmbulo daquele diploma, apenas, se adoptam normas para a administração central do Estado, para além de não estar, sequer, previsto no seu objecto – artigo 1.º – o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, que veio adaptar a LVCR aos trabalhadores que exercem funções públicas na administração local. --

-----3- Conclusão/Parecer-----

-----Perante o exposto, entende-se que poderá o executivo municipal deliberar no sentido de celebrar um contrato de prestação de serviço na modalidade de avença (ou renovar o que se encontra em curso) para aquisição dos serviços acima descritos.-----

-----Para tanto, dever-se-á recorrer ao procedimento de ajuste directo, podendo apenas ser convidada uma entidade, conforme estipulado nos artigos 112.º e 114.º do Código dos Contratos Públicos. -----

-----O Dr. António Correia Góis tem desenvolvido um trabalho de pesquisa, para o desenvolvimento das diversas temáticas da revista "Monte Mayor" e este trabalho tem sido desenvolvido "ab initio" por este historiador, enquanto pessoa singular e não por qualquer pessoa colectiva que para o assunto em apreço, a existir, seria certamente mais oneroso para o Município. -----

-----Para que possa desenvolver com autonomia técnica e científica as tarefas inerentes à narrativa contínua e metódica, bem como a pesquisa dos eventos passados relacionados com Montemor-o-Velho, e o estudo dos eventos ocorridos ao longo do tempo, este

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

historiador necessita de desenvolver a sua actividade a partir do seu local habitual de trabalho, como profissional independente. -----

-----Poderá, contudo, aceder e utilizar as instalações municipais, mediante autorização superior e em casos devidamente justificados deverão ser-lhe disponibilizados os respectivos processos e documentos, mediante termo de confiança. Esta confiança será da responsabilidade directa da Técnica Superior, Sandra Lopes, Dr.ª. O contratado dispensará a apresentação de relatórios periódicos sobre as tarefas desenvolvidas, uma vez que a publicação semestral da revista "Monte Mayor" servirá como relatório da actividade desenvolvida.-----

-----Propõe-se, assim, a renovação da aquisição de serviços, por ajuste directo, com dispensa de consulta a outras entidades, por mais um ano. Quanto ao preço a pagar, o mesmo poderá manter-se igual ao que foi praticado desde Fevereiro de 2010 (600 €, IVA incluído), ou ser actualizado, caso assim seja entendido." -----

-----Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que, em relação aos contratos de prestação de serviços, de acordo com a informação que foi distribuída, os Vereadores do Partido Socialista os viabilizam, a título excepcional, na medida em que é urgente e inadiável a contratação destes técnicos independentes.-----

----- Nessa perspectiva, dando como válidas as informações do parecer técnico entregue, votam favoravelmente, a título excepcional, estas três contratações. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a renovação da aquisição de serviços, por ajuste directo, com dispensa de consulta a outras entidades, por mais um ano, ao Dr. António Correia Góis.-----

-----Mais deliberou que em relação ao preço a pagar, o mesmo poderá manter-se igual ao que foi praticado desde Fevereiro de 2010 (600 €, IVA incluído), ou ser actualizado, caso assim seja entendido de acordo com o atrás exposto. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

-----II – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFEREM OS ART.S 65º E 69.º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

-----Foi presente uma informação, referente ao artigo 65º e 69º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no tocante às decisões tomadas no âmbito deste Departamento, no período compreendido entre 25 de Outubro e 05 de Novembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número quatro). -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

----- **2 – PROPOSTA DE CEDÊNCIA DE UMA ÁREA DE 123.50 M2, PARA--**
 ----- **DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, NO ÂMBITO DO PEDIDO DE----**
 ----- **LICENCIAMENTO PARA LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE ----**
 ----- **MORADIA UNIFAMILIAR E MUROS DE VEDAÇÃO, REQUERIDO --**
 ----- **POR MÁRIO ALBERTO DA COSTA ZENHA RELA, PARA A-----**
 ----- **RUA DOS MATUTINHOS, FREGUESIA DE SANTO-VARÃO-----**
 ----- **– PROC. DE OBRAS Nº. 87/2009 -----**

-----Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado da informação DOT nº 0151-ES/2010, de 01/10/2010, a sugerir que a Câmara delibere no sentido de aceitação de uma cedência de 123.50 m2, conforme planta de implantação apresentada a folha nº. 42 do processo de obras nº. 87/2009, atendendo a que tal área passará a integrar o domínio público municipal. -----

-----Sugere-se ainda que a cedência proposta seja aceite com base na deliberação de Câmara de 26 de Novembro de 2004, e que seja deliberado o cumprimento do apontado na alínea f) da referida deliberação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento deliberou, por unanimidade, aceitar a cedência de 123.50 m2, cabendo ao requerente proceder ao prévio e adequado tratamento do espaço a ceder. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **3 – RECEPÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO -----**
 ----- **TITULADAS PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 2/2003, -----**
 ----- **A REQUERIMENTO DE “COUTINHO, MENDES E MURTAS, LDA.”, --**
 ----- **PARA O LUGAR DE COUTADA, FREGUESIA DE MEÃS -----**
 ----- **– PROC. DE LOTEAMENTO Nº. 7/1998 -----**

-----Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado de um requerimento no qual é solicitada a recepção definitiva das obras de urbanização tituladas pelo alvará de loteamento nº 2/2003, emitido em 10 de Julho de 2003. -----

-----Acompanhava o processo a informação nº. 132-LT/2010, na qual é referido que os Peritos intervenientes na vistoria se pronunciaram favoravelmente à recepção da totalidade das obras de urbanização e à libertação do valor global da garantia bancária. -----

-----Concluem, no sentido do pedido ser presente em reunião de Câmara tendo em vista a recepção definitiva das obras de Urbanização do citado loteamento, conforme previsto no nº 2 do artº 50º do Dec-Lei 448/91, de 29 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 334/95, de 28 de Dezembro e Lei nº 26/96, de 1 de Agosto. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aceitar definitivamente as obras de urbanização bem como a libertação do valor global da garantia bancária.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 4 – RECEPÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO -----

----- TITULADAS PELO ADITAMENTO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO --

----- Nº. 10/78, A REQUERIMENTO DE CARLOS FRANCISCO DE-----

----- OLIVEIRA RODRIGUES, PARA O LUGAR DE MONTES DE BAIXO, -

----- FREGUESIA DE PEREIRA-----

----- – PROC. DE LOTEAMENTO Nº. 1/1999 -----

-----Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado de um requerimento no qual é solicitada a recepção definitiva das obras de urbanização tituladas pelo aditamento ao alvará de loteamento nº 10/1978, emitido em 25 de Setembro de 2000. -----

-----Acompanhava o processo a informação nº. 135-LT/2010, na qual é referido que os Peritos intervenientes na vistoria se pronunciaram favoravelmente à recepção da totalidade das obras de urbanização e à libertação do valor global da garantia bancária. -----

-----Concluem, no sentido do pedido ser presente em reunião de Câmara tendo em vista a recepção definitiva das obras de Urbanização do citado loteamento, conforme previsto no nº 2 do art.º 50º do Dec-Lei 448/91, de 29 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 334/95, de 28 de Dezembro e Lei nº 26/96, de 1 de Agosto. -----

-----Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que é necessário ter algum cuidado com as recepções definitivas destas obras de urbanização, de forma a evitar o que já foi ali denunciado relativamente às obras de urbanização em curso e já concluídas no concelho. -----

-----Neste sentido, os Vereadores do Partido Socialista gostariam de poder sindicar, ainda que de forma documental, o cumprimento das exigências que constam dos respectivos projectos e nessa estrita mediada solicitam que lhes sejam fornecidos relatórios.-----

-----Em relação aos relatórios remetidos, estranham a sua simplicidade, pois, por aquilo que conhecem, as vistorias da entrega definitiva das obras de urbanização envolvem questões complexas e implicam a verificação ponto por ponto do cumprimento dos projectos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aceitar definitivamente as obras de urbanização bem como a libertação do valor global da garantia bancária.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

----- 1 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL -----

----- 2 - DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL -----

----- SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E APOIO AO MUNÍCIPE -----

----- III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS -----

----- 1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS -----

----- Ausentou-se a partir deste ponto a Vereadora Isabel Quinteiro. -----

----- 1 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS, ARRUAMENTOS -

----- E CAMINHOS MUNICIPAIS: FREGUESIAS DE CARAPINHEIRA, ---

----- GATÕES, MEÃS E LICEIA -----

----- - RELATÓRIO FINAL/ADJUDICAÇÃO -----

-----Na sequência da audiência prévia efectuada aos concorrentes, o júri do concurso mencionado em epígrafe elaborou o relatório final nos termos do artigo 148º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número cinco.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

-----Um – Aprovar o relatório final e adjudicar a empreitada em epígrafe ao concorrente Construções Vieira Mendes, Lda. pelo montante de 55.000,01 € (cinquenta e cinco mil euros e um cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal, pelo prazo de execução de 90 dias. -----

-----Dois – Aprovar a minuta do contrato e conferir poderes ao Presidente da Câmara para outorgar o mesmo. -----

-----Três – Que a empresa apresente os documentos de habilitação constantes do artigo 81º do CCP – (Código dos Contratos Públicos), no prazo de 10 dias, sob pena de caducidade da adjudicação. -----

-----Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- Voltou a tomar parte da reunião a Vereadora Isabel Quinteiro. -----

----- 2 - DIVISÃO DE SISTEMAS AMBIENTAIS -----

----- 1 – CEMITÉRIO MUNICIPAL – ARRANJOS INTERIORES -----

----- - CONTA FINAL DA EMPREITADA -----

-----Foi presente uma informação da fiscalização relativamente à situação final da empreitada em epígrafe, referindo que a obra se encontrava concluída, tendo sido observado o prazo de execução da mesma e que houve trabalhos a menos no montante de 6.215,02 €, documento anexo à presente acta sob o número seis.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

----- IV. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA -----

----- 1 – ESTÁGIO 2.º CICLO EM ESTUDOS ARTÍSTICOS (FLUC) ANDRÉ-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

----- **MONTEIRO** -----

-----A Vereadora Alexandra Ferreira deu conhecimento de que a Autarquia encontra-se a envidar todos os esforços no sentido de constituir um centro de recursos artísticos a partir dos vários elementos cenográficos sua propriedade. Este centro de recursos artísticos, em estreita colaboração com a Direcção Regional de Cultura do Centro irá integrar o futuro 'cluster' Ruas de Cultura | Montemor-o-Velho, encontrando-se neste momento a funcionar nas antigas instalações do Jardim-de-Infância de Montemor-o-Velho. -----

-----Em virtude desta Autarquia estar a acolher, entre 1 de Outubro e 31 de Dezembro de 2010, um estagiário finalista do 2.º Ciclo em Estudos Artísticos pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, julga pertinente, dada a sua formação académica, que o mesmo decorresse no âmbito do projecto em apreço. Neste sentido, propõe: -----

----- . A deslocação do estagiário André Monteiro ao Museu Nacional do Teatro (Cidade de Lisboa), com o objectivo de tomar conhecimento sobre as regras básicas de acondicionamento e inventariação dos elementos cenográficos; -----

----- . Fixação de um montante de 200 € para o estagiário André Monteiro fazer face aos custos de alojamento e deslocação, já que o mesmo garante suportar os custos a ter com a alimentação. -----

----- . Não se encontrando, de momento, disponíveis, os técnicos no Município com formação adequada, para acompanhar, de perto, o projecto em curso, julgo que, salvo melhor opinião, poderá ser atribuída, uma bolsa de estágio (ao estagiário) no montante total de 200 euros, à semelhança de outros estágios curriculares já realizados neste Município em anos anteriores, para fazer face às despesas de alojamento e deslocação acima mencionadas. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de uma bolsa de estágio no montante de 200 € para o estagiário André Monteiro, para fazer face às despesas de alojamento e deslocação acima mencionadas.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- 2 – GRUPO FOLCLÓRICO DA CARAPINHEIRA -----

----- – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -----

-----A Vereadora Alexandra Ferreira propôs a atribuição de um subsídio no valor de 1.500€ ao Grupo Folclórico da Carapinheira, para fazer face a despesas com a deslocação do referido Grupo Folclórico ao Festival Internacional de Folclore em Lousanne (Suíça), nos dias 6 e 7 de Novembro do corrente ano. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

----- V. DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO -----

----- 1 – 4.º PASSEIO TT ROTA ALTA 2010 – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA -- DE CABEÇA ALTA ----- ----- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -----

-----O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio no valor de 150,00€ à Associação Recreativa de Cabeça Alta, para fazer face a despesas com a realização do 4.º Passeio TT – Rota Alta 2010, que terá lugar no dia 07 de Novembro do corrente. -----

-----Esta é uma iniciativa de âmbito regional, realizada fora de qualquer quadro competitivo. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 150,00€ à Associação Recreativa de Cabeça Alta.-----

----- 2 – RELATÓRIO DE CONTAS DO III TROFÉU INTERNACIONAL ALVES- BARBOSA-----

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento do Relatório de Contas do III Troféu Internacional Alves Barbosa, que consta como documento anexo à presente acta sob o número sete.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

----- 3 – ASSOCIAÇÃO DE NATACÃO DE COIMBRA – 1.º MERGULHO ---

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento de que com o objectivo de promover e divulgar a natação a nível regional a Associação de Natação de Coimbra pretende organizar uma prova desportiva nas Piscinas Municipais de Montemor-o-Velho, no próximo dia 04 de Dezembro, entre as 14h30 e as 18h00.-----

-----Mais disse que não deviam isentar o pagamento das taxas da piscina dado que já existe uma oferta sistematizada nesta modalidade, no concelho, quer por via da escola quer por via de clubes que se encontram sediados no concelho e que têm já um património claro na divulgação da modalidade e até na prática competitiva.-----

-----Albergam esta iniciativa, acolhem-na com gosto e apoiam as crianças que pretendam utilizar esta nova oferta, mas não podem isentar as taxas de utilização da piscina à Associação de Natação de Coimbra, dado que também não isentam os clubes e as associações do concelho.-----

-----Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista subscrevendo por inteiro a posição do Presidente da Câmara, entendem que estas iniciativas de entidades externas terão que também promover um envolvimento das organizações do concelho, das entidades que ao mesmo fim se dedicam no concelho. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Novembro 08

-----Esta é uma exigência que deve ser feita, a partir do momento em que subsidiam estas iniciativas. Trata-se de uma associação que por sua vez deve congrega outras entidades e portanto também deve envolver as do concelho.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a realização de competições – 1.º Mergulho, nas Piscinas Municipais de Montemor-o-Velho, no próximo dia 04 de Dezembro, entre as 14h30 e as 18h00, de acordo com o pedido da Associação de Natação de Coimbra.-----

-----Mais deliberou por unanimidade autorizar a despesa no valor de 437,50€, respeitante ao fornecimento de lanches aos 250 atletas participantes no evento.-----

----- VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO -----

----- O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 1 – PROTOCOLO SIMPLEX AUTÁRQUICO 2010/2011 -----

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento de que, na sequência da realização das reuniões de preparação do Programa Simplex Autárquico 2010/2011, foi remetido a minuta de Protocolo Simplex Autárquico.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a minuta de Protocolo Simplex Autárquico, que consta com o documento anexo à presente acta sob o número oito.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- ENCERRAMENTO -----

-----Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas doze horas, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO,

Filomena Maria Colaço Martins, Dr.ª